

G.DIAS PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ:14.275.268/0001-40 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. Senhorias às demonstrações contábeis referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, no sentido de recomendar a V.Sas. a aprovação desse Relatório e das respectivas Demonstrações Contábeis. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Belém, 22 de Junho de 2015.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Passivo e patrimônio líquido	
		2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7	82
Contas a receber	6	406	319
Outros créditos	-	14	12
Total do ativo circulante		427	413
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros créditos	-	-	120
			120
Participações societárias			
Avaliadas por equivalência patrimonial	9	58.248	62.318
		58.248	62.318
Imobilizado líquido	8	38	32
		38	32
Total do ativo não circulante		58.286	62.470
Total do ativo		58.713	62.883
As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.			
Circulante			
Fornecedores		183	92
Obrigações trabalhistas		188	191
Obrigações tributárias		101	51
Contas a pagar		4	856
Total do passivo circulante		476	1.190
Não circulante			
Partes relacionadas	7	62	-
Total do passivo não circulante		62	-
Patrimônio líquido			
Capital social	10	3.320	3.320
Reservas de lucros		1.904	2.563
Reservas reflexas		62.760	55.810
Prejuízos acumulados		(9.809)	-
		58.175	61.693
Total do passivo e patrimônio líquido		58.713	62.883

Demonstrações do Resultado - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de Reais) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)	
		2014	2013
(+/-) Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais, administrativas e comerciais		(177)	(3)
Despesas financeiras		(3)	-
Receitas financeiras		1	-
Outras receitas (despesas) operacionais		77	3.000
(=) Lucros (Prejuízo) do exercício		(102)	2.997
As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.			

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro (prejuízo) do exercício	(102)	2.997
Total do resultado abrangente do exercício	(102)	2.997

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de Reais) - (em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de Lucros		Reservas reflexas		Lucros Acumulados		Total
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Lucro líquido do período							2.996	2.996	2.996
Consituição de reserva de lucro							(2.563)	(2.563)	-
Estorno saldos contas aj.exerc.ant.reflexas s/PL Investidas-ano 2013							11.860	11.860	11.860
Estorno saldo reserva sub.gov.s/pl Transd.Naveg.ano 2012							(47.050)	(47.050)	(47.050)
Saldo reserva sub.gov.registrado no pl Transd.Naveg.ano 2013							55.810	55.810	55.810
Ajustes saldo equivalência patrimonial 2011/2012							2.558	2.558	2.558
Dividendos a distribuir							(1.154)	(1.154)	(1.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2013									61.693
Prejuízos de exercícios anteriores provenientes de participações societárias							(9.809)	(9.809)	(9.809)
Reservas reflexas de exercícios anteriores provenientes de participações societárias							1.955	1.955	1.955
Prejuízo do período							(102)	(102)	(102)
Compensação de prejuízo com absorção de reservas							102	102	-
Dividendos							(557)	(557)	(557)
AFFRM - Transdourada Navegação Ltda.							4.995	4.995	4.995
Saldo em 31 de dezembro de 2014									58.175
As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.									

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de Reais)

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (Prejuízo) líquido antes das provisões tributárias	(102)	2.997		
(+) Depreciação e amortização	6	3		
(+) Provisões para demandas judiciais	-	-		
(-/+)Ganhos e perdas c/equivalência patrimonial	-	(3.000)		
(+) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-		
	6	(2.997)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(+/-) Variação nas contas patrimoniais				
Contas a receber	(87)	(103)		
Aumento em adiantamentos	(3)	(2)		
Fornecedores	91	73		
Obrigações trabalhistas	29	143		
Obrigações tributárias	18	-		
Outras contas a pagar	(852)	833		
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(804)	943		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(-) Aquisições de bens do imobilizado	(11)	(26)		
(-) Direitos a receber a longo prazo	118	(20.683)		
(+) Geração de Investimentos	4.071	(5.196)		
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	4.178	(25.905)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
(+/-) Créditos partes relacionadas	62	-		
(+/-) Aumento/diminuição reservas	(3.416)	13.160		
(+) Ajuste exercício anterior	-	11.859		
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	(3.354)	25.019		
(=) Diminuição / aumento líquido de caixa	(76)	57		
Caixa no início do período	82	25		
Caixa no final do período	6	82		
(=) Diminuição / aumento líquido de caixa	(76)	57		

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2014 - (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) - 1. Contexto operacional - A G.Dias Participações S.A. ("Companhia") com sede na Rua dos Mundurucus, nº 3100 - Edifício Metropolitan Tower, sala 2.808, Bairro da Cremação, Município de Belém, Estado do Pará, é uma Sociedade anônima de capital fechado, que tem por atividades a participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário como controladora ou minoritária; gestão administrativa, financeira e investimentos em empresas controladas ou coligadas. **2. Base de elaboração**

e apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Excepcionalmente, conforme possibilidade expressa no CPC nº 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão sendo divulgadas na nota explicativa nº 4. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria, em 22 de junho de 2015. **3. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação de suas demonstrações contábeis estão definidas a seguir foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **(a) Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Instrumentos financeiros** - Instrumentos financeiros não derivativos incluem recebíveis diversos, caixa e equivalentes de caixa, bem como financiamentos, fornecedores, contas a pagar e outras dívidas. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento** - Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** - São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem recebíveis diversos e caixa e equivalentes de caixa. **(d) Contas a receber de clientes terceiros** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **(e) Redução do valor recuperável de ativos financeiros - teste**

de impairment - A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: * Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; * Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(f) Imposto de renda e contribuição social** - A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **(g) Participações societárias** - Estão sendo avaliadas pelo método de equivalência, sendo o resultado auferido nestes investimentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício e as reservas reflexas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **(h) Imobilizado** - O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumulada. Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. **(i) Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **(j) Provisões** - São reconhecidas para obrigações presentes (legais) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recurso seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião